

<b>Ponto de Encontro:</b>	<b>Sessão 23/02/2006</b>
<b>Área temática:</b>	<b>GESTÃO URBANA</b>
<b>Título:</b>	<b>Directiva 2002/91/CE sobre o "Desempenho Energético dos Edifícios"</b>
<b>Orador:</b>	<b>Eduardo Maldonado (link CV e apresentação)</b>
<b>Moderador:</b>	<b>Hélder Gonçalves (link CV)</b>

**Desenvolveu-se o diálogo sobre:**

- Os objectivos da Directiva:
  - Os requisitos para novos edifícios e para os existentes (reabilitações)...
  - A certificação energética obrigatória dos edifícios...
  - As auditorias obrigatórias a caldeiras, sistemas de aquecimento e sistemas de ar condicionado...
  - A qualificação profissional adequada dos técnicos para a certificação e auditorias...
  - O licenciamento dos edifícios...
- O Regulamento das Características de Comportamento Térmico dos Edifícios (RCCTE)...
- O Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização dos Edifícios (RSECE)...
- Os deveres dos Peritos Acreditados e a Fiscalização...
- A realidade sobre a transposição e implementação da Directiva em Portugal e em todos os Estados Membros...

**Algumas recomendações para a construção e reabilitação de edifícios (requisitos de qualidade):**

- Ter em consideração as maiores exigências nos requisitos técnicos nos novos RCCTE e RSECE, na concepção e realização de edifícios;
- Ter em consideração a qualidade do ar interior, na concepção e realização de edifícios;
- Integrar sistemas centralizados para a produção de calor e frio nos edifícios;
- Ter em consideração os requisitos mínimos de eficiência energética nos sistemas AVAC e seus componentes;
- Integrar isolamentos térmicos nas redes de fluidos para reduzir as perdas;
- Os colectores solares nos edifícios residenciais são obrigatórios;
- Nos cálculos de desempenho energético dos edifícios (que incluem as necessidades energéticas para aquecimento, arrefecimento e que resultam da água quente sanitária) é contemplada a energia primária;
- A necessidade de preparar um plano de manutenção detalhado e sua execução, dado que a manutenção preventiva é mais económica do que a prevenção correctiva;
- Projectar edifícios para a classe energética mais alta do que a mínima exigida;

- Ter em consideração a existência de várias categorias energéticas e assim, pequenas medidas podem dar origem a uma subida de sub-classe e possivelmente de classe, valorizando consequentemente de forma palpável o edifício...
- Integrar as medidas recomendadas no âmbito da certificação energética com viabilidade económica (prazo de reembolso menor ou igual a 8 anos);

#### **Benefícios para o país com a implementação da Directiva:**

- Aumentar a Eficiência Energética nos Edifícios (responsáveis por mais de 40% dos consumos de energia primária na Europa, 46% em Lisboa e aproximadamente 22% em Portugal);
- Aproveitamento do forte potencial de melhoria das condições de habitabilidade dos Edifícios, quer novos, quer existentes na reabilitação;
- Redução da Dependência Externa da EU;
- Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa (para reduzir ao mínimo a compra de direitos de emissão);
- Protecção e Melhor Informação para a População;
- Mais empregos directos e indirectos.

#### **Recomendações gerais para países:**

- Estar atento aos possíveis conflitos de interesses que possam existir na emissão dos certificados...
- Ter em consideração o período de adaptação à Directiva...
- A fiscalização e acompanhamento na implementação da Directiva (a desenvolver pela ADENE) é importante...
- A responsabilização efectiva dos técnicos é importante e a colaboração de todos os actores é essencial...
- Para facilitar a implementação da directiva, à semelhança de outros países, será aconselhável o desenvolvimento de um único código de edificação, que contemple requisitos térmicos, de ventilação, de qualidade do ar, acústicos, etc...

#### **Desafios, alertas e questões levantadas:**

- É necessário haver consensos para se alterar as leis... demora é tempo... é necessária vontade política...
- A Directiva tem condições para funcionar... o problema é a implementação, aplicação e fiscalização...
- Os requisitos técnicos da Directiva são exigentes e de carecem de um grande esforço na implementação...
- Os custos dispendidos ao implementar a Directiva devem ser tidos em consideração...
- A existência de poderosos "lobbies" que defendem a continuidade das más práticas...

- O aumento dos custos de energia, as emissões de CO2, a compra de direitos de emissão, a eficiência energética dos edifícios... Portugal tem que implementar as medidas óbvias e mais acessíveis para ajudar a resolver estes problemas. Porque não avança rápido?